

Coluna do Castello

26 MAR 1988

Sobre o uso da ameaça do golpe

Uma coisa é Sua Excelência, o Fato, diante do qual todos os realistas devem se curvar, sem preconceitos. Não adianta fingir que não o vê quando ele é visível. O senador Petrônio Portela ensinou que o fato não deve ser agredido. Não deve mesmo. Outra coisa é a capacidade real do fato de produzir conseqüências. Ele pode ou não se esgotar nele mesmo. Os desdobramentos do fato configuram, digamos assim, uma terceira coisa que só a especulação é capaz de tentar apreender. O futuro confirmará o acerto ou o erro da especulação proposta.

O fato, em estado puro, é que existiu uma ameaça de golpe militar caso a Constituinte aprovasse o parlamentarismo e reduziu para quatro anos o mandato do presidente José Sarney. Os ministros militares sugeriram, vagamente, em público, mas disseram, claramente, em particular, que uma decisão da Constituinte nesse sentido geraria uma situação que os obrigaria a efetuar uma intervenção indesejada por eles. A advertência foi feita ao próprio presidente da República e a um elenco selecionado de lideranças políticas.

O deputado Ulysses Guimarães pode estar dizendo a verdade quando nega que algum ministro militar tenha lhe falado na hipótese do golpe ou, como ele prefere, de uma nova intervenção. Sutilmente, os ministros lhe disseram em diversas ocasiões que a mudança do sistema de governo e as diretas em novembro próximo poderiam provocar "conseqüências imprevisíveis". A linguagem da ameaça do golpe tem suas particularidades, cada vez menos originais. Entre nós, o golpe em si já foi chamado de "retorno aos quadros constitucionais vigentes". Foi assim em 1955.

Se Ulysses não tivesse decifrado corretamente o que lhe insinuaram em termos castrenses nada rebuscados, o diálogo que sustentou em Brasília na semana passada com o governador Miguel Arraes passaria à História como um primor de desvario político ou como um irrecusável atestado de insanidade mental. "Qual é a saída, Ulysses?" — indagou Arraes. "A saída é o risco", retrucou o deputado. "E qual é o risco?" — insistiu o governador de Pernambuco. "Vamos ter que fazer como Juscelino. Vamos ter que enfrentar os militares", arrematou Ulysses.

Merece, também, o tratamento solene de Sua Excelência o fato de uma expressiva fatia do PIB nacional ter visitado quartéis e chefes militares da reserva para reclamar de decisões tomadas pela Constituinte, prever o agravamento do quadro político e econômico e animar uma reação fardada a tudo isso. Nos últimos dois meses, o ex-presidente Ernesto Geisel chegou a sondar a opinião de alguns importantes generais sobre se haveria condições para a eclosão de um golpe que não contaria com sua participação e ao qual ele se oporia. A resposta foi negativa.

A ameaça do golpe que não houve foi utilizada para torpedear adesões de lideranças políticas e empresariais à fórmula do parlamentarismo com cinco anos e para reverter votos de alguns constituintes favoráveis à mudança do sistema de governo. Isso também é um fato. Alimentou a ameaça do golpe a informação fornecida aos presidentes de partidos pelo ministro da Justiça de que Sarney renunciaria ao cargo se a Constituinte lhe contemplasse com o mandato de quatro anos. Para ser exato, Brossard não pronunciou a palavra "renúncia". Preferiu a palavra "saída".

De acordo com o senador Jarbas Passarinho, a renúncia ou a saída de Sarney da Presidência seria a senha para o que o porta-voz do ministro do Exército chamou de "interferência" das Forças Armadas "nos assuntos nacionais não-militares". Esses, pois, foram os fatos, expostos aqui de maneira resumida, oferecidos em detalhes nos últimos dois dias. A Constituinte decidiu sobre sistema de governo e mandato presidencial pressionada por discursos, notas e entrevistas de Sarney e de seus ministros que prenunciavam o risco de uma ruptura institucional.

Nem a especulação mais delirante poderá ser feita, sob pena de tornar-se ridícula, sobre a precisa influência da ameaça do golpe militar no espírito de muitos constituintes. Pelo comportamento habitual dos políticos brasileiros e pelo que já se conhece até agora, é razoável supor que boa parte dos votos que migraram do parlamentarismo para o presidencialismo em troca de favores oficiais concedidos. O placar da votação se encarregou de provar que o presidencialismo ainda é bastante forte entre senadores e deputados.

Pesou, de resto, na inclinação de a Constituinte vir a dar os cinco anos a Sarney, a vontade do PMDB de afastar o perigo de ser derrotado em uma eleição presidencial que ocorresse em breve. O PT e o PDT ajudaram Sarney a ganhar o que queria e a pavimentar a estrada que o levará a ganhar o que a maioria dos brasileiros gostaria que ele perdesse. Mas foi o PMDB dos governadores, do fisiologismo e da alergia às urnas quem tornou possível o que não parecia provável.

A conta da vitória do PMDB nas eleições de 1986 foi o pacote do Cruzado II pago pelo povo. A conta da vitória de Sarney está para ser expedida a qualquer momento. Advinhe quem pagará...

Ricardo Noblat (Interino)